

# **Narrativas em um “pedacinho de roça”: as imputações do neoliberalismo sobre a produção de trabalho e saúde de um agricultor familiar**

**Alessandra do Nascimento Costa<sup>1</sup>**  
**Ana Clara Monteiro da Costa<sup>2</sup>**  
**Tatiana de Lucena Torres<sup>3</sup>**  
Universidade Federal da Paraíba

**Resumo:** A ordem neoliberal tem se presentificado e imputado suas forças de controle e opressão sobre diversos grupos econômicos no Brasil. Dentre tais, a Agricultura Familiar tem sido uma das principais vítimas a cair na penumbra desse sistema. Sob esse fito, o presente estudo tem como objetivo descrever e compreender a história de vida laboral de um pequeno agricultor familiar, a fim de refletir sobre como as instâncias do poder neoliberal atravessam os processos de subjetivação sobre seu trabalho e seus modos de produzir saúde. Trata-se de uma pesquisa de delineamento exploratório e descritivo, de abordagem qualitativa, utilizando-se de questionário sociodemográfico e entrevista narrativa. Destaca-se como principal resultado o processo de exclusão e desumanização que o neoliberalismo desenfreadamente tem gerado sobre a vida dos agricultores familiares.

**Palavras-chave:** neoliberalismo; agricultura familiar; produção de trabalho; produção de saúde.

<sup>1</sup> Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba. Associada ao Grupo de Pesquisa Devires da Clínica - Grupo de Pesquisa, Extensão e Estudos.

<sup>2</sup> Psicóloga formada pela Universidade Federal da Paraíba. Associada ao Grupo ApoiaRAPS - Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão.

<sup>3</sup> Professora do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba.

## **Narratives in a little piece of countryside: the imputations of neoliberalism on the production of work and health of a family farmer**

**Abstract:** The neoliberal order has been present and imposed its forces of control and oppression on various economic groups in Brazil. Among these, Family Farming has been one of the main victims to fall into the shadow of this system. Under this aim, the present study aims to describe and understand the working life history of a small family farmer, in order to reflect on how his work experience, in the face of instances of neoliberal power, crosses his processes of subjectivation about work and their ways of producing health. This is a qualitative, exploratory and descriptive research, using a sociodemographic questionnaire and a narrative interview as methodological instruments. The main result is the process of exclusion and dehumanization that neoliberalism has rampantly generated in the lives of family farmers.

**Keywords:** neoliberalism; family farming; work production; health production

## **Narrativas en un pedacito de campo: las imputaciones del neoliberalismo sobre la producción de trabajo y salud de un agricultor familiar**

**Resumen:** El orden neoliberal ha estado presente e impuso sus fuerzas de control y opresión a diversos grupos económicos en Brasil. Entre ellas, la Agricultura Familiar ha sido una de las principales víctimas al quedar a la sombra de este sistema. Bajo este objetivo, el presente estudio pretende describir y comprender la historia de vida laboral de un pequeño agricultor familiar, con el fin de reflexionar sobre cómo su experiencia laboral, frente a instancias de poder neoliberal, atraviesa sus procesos de subjetivación sobre el trabajo y sus formas de producir salud. Se trata de una investigación cualitativa, exploratoria y descriptiva, utilizando como instrumentos metodológicos un cuestionario sociodemográfico y una entrevista narrativa. El principal resultado destaca como el proceso de exclusión y deshumanización que el neoliberalismo ha generado desenfrenadamente en la vida de los agricultores familiares.

**Palabras clave:** neoliberalismo; agricultura familiar; producción de trabajo; producción de salud.

**A**gricultura no Brasil caracteriza-se como uma das principais bases da economia nacional. Dentre as suas categorias, há a agricultura patronal (ou empresarial) e a agricultura familiar (AF), também denominada como agricultura camponesa. A primeira visa a comercialização dos produtos para o mercado interno e a exportação, utilizando investimentos tecnológicos e mão de obra assalariada. A segunda, por sua vez, caracteriza-se como modo de produção rural, cuja força de trabalho se constitui por membros da família, a fim de garantir sua própria subsistência. Essa última, portanto, atua pelas vias de uma integração coletiva, utilizando de práticas que se contrapõem ao modelo tecnicista/produtivista vigente (CASTRO, 2012; AQUINO, ALVES e VIDAL, 2020; PESSOA e ALCHIERI, 2018).

Sua legitimidade política e social foi possível a partir dos movimentos sindicalistas que ocorreram na década de 1990 (AQUINO, ALVES e VIDAL, 2020). Com efeito, estabeleceu-se o Decreto 1946/1996, pelo qual foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). A ação visa o apoio financeiro à produção rural explorada pela família. No entanto, como aponta Wanderley (2017), os recursos do programa são distribuídos entre as regiões do país conforme algumas preferências.

Ocorre que os créditos disponibilizados pelo PRONAF se concentram na região sul, cujas atividades agrícolas pertencem a empresas familiares, as quais apresentam condições financeiras favoráveis para assumir contratos exigidos pelos sistemas bancários. Isso possibilita que esses empreendedores, para além do cultivo da terra, possuam maiores escalas de produção e melhores índices de renda. Já outras regiões que apresentam a atuação de agricultores, mas sem vínculos contratuais, pouco são privilegiadas com esses fomentos (WANDERLEY, 2017).

Essa é uma realidade que atinge principalmente a agricultura no Nordeste. De acordo com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - 2017), a maior parte da mão de obra da AF no Brasil está na região nordestina, sendo 46,6% do total de pessoas que se ocupam com o trabalho rural no país. Por outro lado, a região é responsável apenas por 20% da produção agrícola nacional. Tal problemática é influenciada pelos fatores climáticos, tais quais os períodos extensos de estiagem e deterioração do solo e, sobretudo, da falta de efetividade das políticas públicas voltadas ao incentivo da AF na região (PESSOA e ALCHIERI, 2018).

Fala-se, pois, da condição de uma parcela majoritária de pequenos agricultores familiares que pouco dispõem de recursos ou um quantitativo de terra próprio. O que culmina na carência de indicadores econômicos, levando à situação de vulnerabilidade social e laboral (WANDERLEY, 2017).

Tais consequências podem ser bem explicadas pelo que Franco et al. (2020) destrincham sobre as reverberações que a economia neoliberal têm implantado no Brasil, sem discriminação alguma sobre a diversidade de geração de renda que aqui se presentifica. O modelo coloca o sujeito em um falso pedestal de autogestão

do seu trabalho. O capital, na verdade, torna-se o próprio trabalhador – isto é, capital humano –, caindo na armadilha de atingir um certo bem-estar pela acumulação, o que, na verdade, mascara a competitividade do mercado. Com efeito, o trabalhador é levado a uma constante comparação e hierarquização de objetos e sujeitos, bem como a um esforço desenfreado para alcançar a produção.

Na AF isso tem efeitos em instâncias ainda maiores, uma vez que o neoliberalismo defende a autogestão com a mínima intervenção do Estado, acarretando na desorganização das (poucas) políticas públicas voltadas a esse tipo de renda. Assim, a AF tem sido vítima dos moldes neoliberais que favorecem a agricultura patronal. Essa que, por apresentar condições de competitividade com o mercado exterior, consegue se aproveitar de vantagens com esse tipo de modelo econômico (NUNES e PAULA, 2022).

Sob essa situação, há danos diversos à AF, imbricados, por exemplo: pela grilagem de terra; a vulnerabilidade da manutenção econômica dos pequenos agricultores familiares; o êxodo rural (CASTRO, 2012); a redução de espaços para a policultura de alimentos cultivados pela AF; a disputa e domínio das terras pelas empresas agropecuárias (SILVA e MESQUITA, 2009); a redução dos programas sociais voltados à AF; a fragilidade dos sindicatos rurais; e a preferência pela privatização de serviços nesse cenário (PAULA, GÓMEZ e TRACZ, 2017).

Aspectos que podem ser associados ao que Wanderley (2017) analisa sobre a primazia do capital e da propriedade de terras que se estabelecem no Brasil. O efeito desse processo diz respeito a uma certa deformação na suposta tentativa de inserção social daqueles que produzem na terra sua subsistência.

Sobre isso, pode-se inferir o que Sawaia (2014) aponta acerca da dialética da inclusão/exclusão gerada pelo sistema capitalista. Há nessa relação um processo de alienação do trabalhador, o qual tem seu corpo institucionalizado, à mercê de subsídios molares, com pouca ou nenhuma garantia à sua subsistência, senão somente à manutenção das desigualdades sociais que assolam o país. Os efeitos que surgem a partir disso são perversos, atingindo os modos de trabalho e a produção de saúde dos trabalhadores.

## **Efeitos da ideologia neoliberal sobre o sentido, o significado do trabalho e a produção de saúde**

Segundo Bendassolli e Gondim (2014), o significado do trabalho ocupa uma ordem dinâmica e psicossocial na relação do sujeito consigo e com o seu território, sendo atravessado constantemente por diversos aspectos históricos, econômicos, políticos e culturais. Já o sentido, que está interseccionado ao processo de significação do trabalho, ocupa uma ordem afetiva e singular do trabalhador para com a experiência profissional. Nesse último, percebe-se principalmente o que se movimenta pelas forças micropolíticas, através de mecanismos que emergem a partir da qualidade significativa que o sujeito ancora à atividade realizada.

Nesse contexto, defende-se aqui que o trabalho assume um papel de função psicológica. Instrumento, portanto, de mediação do sujeito com o mundo (ZANELLA, 2004). O trabalho, por assim dizer, mantém centralidade nos modos de subjetivação que estão em constante devir nas relações que o sujeito estabelece com o seu território, operando intimamente na ordem da experiência da vida. Há nessa interação a produção de elementos diversos que possibilitam ao trabalhador conduzir seus modos de agir, ora pelo instituído das normas, ora pela construção da sua verdadeira autonomia (BENDASSOLLI e GONDIM, 2014).

Para os mesmos autores a função psicológica do trabalho faz a mediação entre os seus significados – aspectos culturais, sociais e ideológicos compartilhados socialmente – e seus sentidos – experiências e vivências dos trabalhadores. O conceito de Função Psicológica do Trabalho foi criado por Y. Clot (2007) inspirado na Teoria Histórico Cultural proposta por Vygotski (CLOT, 2002). Para o primeiro autor, a função psicológica do trabalho é tanto coletiva, exigida para a conservação e renovação da atividade, quanto atividade vital, simultaneamente de conservação, transmissão, invenção e renovação (CLOT, 2007). Desse modo, o trabalho seria, ou deveria ser, antes de qualquer coisa, uma atividade de humanização, pois é uma atividade relativa a si mesmo, bem como aos outros.

É nesse jogo dialético que o sofrimento psicológico pode aparecer como produto do trabalho, afetando os modos de produção de saúde do trabalhador. A experiência pós-industrial e moderna do trabalho, por exemplo, tem gerado no sujeito efeitos deletérios sobre seus modos de vida, levando ao adoecimento físico e psíquico, além de alcançar desdobramentos de outras ordens, como as injustiças sociais, a desassistência à saúde e a supressão da qualidade de vida (BENDASSOLLI, 2011).

Nessa perspectiva, o efeito do neoliberalismo sobre as camadas mais vulneráveis entra em jogo com um forte poder de opressão. Primando pelas vias macroeconômicas do agronegócio, o modelo tem gerado grandes consequências sobre a AF. Tais efeitos falam de um campo movido por forças de interesses que, para além do território geográfico, atravessam os territórios existenciais dos pequenos agricultores (SANTOS, 2007).

Dessa forma, o modelo neoliberal consegue determinar comportamentos, interferindo nos processos de subjetivação daqueles que estão mais vulneráveis a caírem na penumbra do sistema. Há, com isso, a propensão não somente para a disputa de terras, mas a disputa pelo governo da vida dos que só encontram no campo a alternativa para sobreviver (FOUCAULT, 2010; SAFATLE, 2020).

Assim, a força deste lado do sistema (o neoliberal) acaba por esvaziar o sujeito do seu poder de agir, transformando-o em um agente meramente passivo que, pela imputação do poder de controle que o sistema possui, não consegue encontrar alternativas possíveis de saída (CLOT, 2002). Tal cenário revela, de um lado, o sentimento de impotência e de frustração e, de outro, uma camuflagem em “vestes” de “empreendedor”, “empresário de agronegócio”, desvirtuando todos os concretos impedimentos vivenciados pelos trabalhadores da agricultura familiar.

A atividade do trabalho, nesse sentido, torna-se propensa principalmente ao desencadeamento de psicopatologias decorrentes de sobrecarga, como estresse e síndrome de *burnout*, além de levar a perdas subjetivas, a partir de disrupturas entre o que o trabalhador gostaria de realizar e o que de fato concretiza (BENDASSOLLI, 2011; SELIGMANN-SILVA *et al.*, 2010). Como posto por Clot (2007), o poder de agir está relacionado com a função psicológica do trabalho, uma vez que o poder de agir é amputado, leva ao sofrimento e muitas vezes ao adoecimento, cerceando o potencial de desenvolvimento pelo trabalho.

Sob esse fito, observa-se que o agricultor familiar, não conseguindo acompanhar a ordem do mercado, é assujeitado para operar com certos ingredientes do neoliberalismo, como o produtivismo, a autovigilância e a competitividade, ainda que não obtenha vantagem alguma diante dos grandes empreendedores. Ocorre, nesse processo, a internalização de um sistema, na perspectiva de atingir valores, mas sem nenhuma garantia sobre as forças ali investidas. Tais tensões, portanto, moldam os processos de subjetividade relacionados ao sentido e ao significado do

trabalho, principalmente quando o agricultor acaba por cair na falsa liberdade e no autoritarismo gerados pela doutrina neoliberal (FRANCO *et al.*, 2020).

Dessa forma, pode-se inferir que as acepções atuais que envolvem a AF tratam de um recorte que pode tanto dignificar o sujeito e emancipá-lo, como excluí-lo e adoecê-lo. Assim, diante desses delineamentos, considerando que o cenário neoliberal tem imputado vias de um trabalho que marginaliza o pequeno agricultor familiar, colocando-o em uma categoria de subalternidade, a presente pesquisa tem como objetivo descrever e compreender a história de vida laboral de um pequeno agricultor familiar, a fim de refletir sobre como as instâncias do poder neoliberal atravessam os processos de subjetivação sobre seu trabalho e seu modos de produzir saúde.

## Metodologia

O presente estudo retrata uma pesquisa de caráter qualitativo, exploratório e descritivo. Segundo Minayo (2014), o viés qualitativo do estudo possibilita atuar na perspectiva de desvendar os mapas que compõem as vicissitudes do fenômeno humano, entre os significados, aspirações, valores e outros fatores que são constituintes da condução da vida, nos âmbitos individuais e coletivos. Junto aos componentes descritivos/exploratórios, tais fenômenos são possíveis no encontro entre pesquisador e pesquisado, possibilitando que ambos assumam mutuamente papel ativo na pesquisa (GIL, 2008).

Para isso, utilizou-se dos seguintes instrumentos metodológicos: um questionário sociodemográfico e uma entrevista narrativa, com roteiro semiestruturado, relacionada à história de vida laboral de um agricultor familiar. Conforme aponta Carretero (2017), privilegiar a história de vida laboral diz respeito a acompanhar as trajetórias de trabalho de um sujeito, entre suas conexões e rupturas. Isso permite acessar tanto a experiência em ato, como os sentidos que foram atribuídos ao vivido pelo participante. A narrativa que pode surgir a partir daí sempre será dinâmica, dando forma ao relato no tempo presente e no tempo da experiência, uma vez que pode partir tanto do contexto atual que se produz a narrativa, quanto do tempo histórico, social, cultural que o narrador fez parte.

Sob essa perspectiva, acompanhamos a biografia de trabalho de um agricultor familiar, o qual já percorre uma trajetória de 51 anos em atividade na agricultura. O critério para escolha do participante se deu pela acessibilidade das pesquisadoras. O ponto de partida, portanto, foi dado a partir das implicações que as pesquisadoras conseguiram estabelecer com o sujeito/pesquisado e com seus modos de existência relacionado ao trabalho.

Os dados obtidos foram transcritos mediante assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), seguindo os preceitos da ética da pesquisa qualitativa (MINAYO, 2021). Para análise dos dados, foi utilizada a técnica de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (TRIVIÑOS, 2005), pela qual foi realizada a identificação e descrição de eixos temáticos, conforme a narrativa do participante.

## Resultados e Discussão

O participante, aqui nomeado como Tekoá (homem e terra como um só, em tupi-guarani), identifica-se como um homem negro, tem 60 anos de idade e reside no interior do estado da Paraíba. Aposentou-se recentemente, contudo,

ainda atua na agricultura e também é dono de um pequeno comércio local. É casado e tem dois filhos. Em relação à sua escolaridade, não teve acesso à educação formal, mas é alfabetizado.

A partir do diálogo desenvolvido frente às questões norteadoras da entrevista narrativa, foi possível distribuir o conteúdo do discurso de Tekoá em dois eixos temáticos, a saber: “Percursos do trabalho e as imputações do neoliberalismo”; e “Modos de (re)existência a partir dos sentidos e significados do trabalho”. A primeira classe descreve a trajetória de trabalho do participante e traz apontamentos sobre os efeitos do neoliberalismo na sua caminhada laboral. Já a segunda, refere-se aos sentidos e significados atribuídos pelo agricultor ao seu trabalho, às funções psicológicas desenvolvidas a partir dele e às possibilidades de existência que conseguiu desenvolver frente às formas de opressão neoliberais.

### ***Eixo 1: Percursos do trabalho e as imputações do neoliberalismo***

Neste eixo, as respostas elaboradas pelo participante foram distribuídas em três direções, são elas: “Neoliberalismo e as transformações na agricultura familiar”; “Neoliberalismo e trabalho infantil”; e “Neoliberalismo e formas de padecimento sobre o agricultor familiar”.

Em relação à categoria “Neoliberalismo e as transformações na agricultura familiar”, Tekoá descreveu as atividades que desempenhou durante sua vida de trabalho e as mudanças que passara a partir delas, para manter a sua subsistência e a do seu núcleo familiar. Dessa forma, sua trajetória laboral parte da agricultura, mas também é atravessada por outras atividades. Apesar disso, pelo que expõe, a agricultura sempre foi sua principal forma de geração de renda. Como segue:

*Comecei a trabalhar aos nove anos (...), apanhando algodão (...). Aí depois fui trabalhar plantando, limpando mato, quebrando milho, apanhando fava (...). Aí fui crescendo, fui trabalhar cortando agave. Carregava a fibra, botava para secar. (...). Continuei trabalhando na roça dos meus pais até os 23 anos, quando fui ao Rio de Janeiro. (...). Lá trabalhei de servente, arrumei um serviço de faxineiro. (...) fui a São Paulo, arrumei serviço em uma churrascaria como ajudante de copeiro. Depois fui trabalhar em outra churrascaria assando carne, da carne eu fui promovido para garçom (...). Quando vinha para cá eu trabalhava na agricultura. Depois voltei de novo a São Paulo e trabalhei como garçom até o ano 2000. Aí voltei ao Nordeste para ficar, não saí mais. Hoje continuo trabalhando na agricultura e tenho um barzinho.*

Nesse extrato, já se pode observar alguns atravessamentos que apontam a precarização persistente da AF. As transformações que Tekoá acompanhou em uma jornada de aproximadamente 29 anos de trabalho – de 1972, com nove anos, a 2000 – nos dão notícias sobre as vulnerabilidades que eram presentes nesse cenário e que pouco mudaram ao decorrer do tempo, principalmente com a ascendência do neoliberalismo no Brasil, ocorrida a partir das décadas de 1970 e 1980 (SILVA e MESQUITA, 2009).

Nesse momento, o neoliberalismo estava sendo implementado na economia brasileira, seguindo a proposta de organização da economia mundial após a crise de 1930. Dessa forma, a agricultura já recebia a multiplicidade da indústria quando Tekoá era submetido ao trabalho rural. A oferta, no entanto, privilegiava a mecanização e a fertilização em massa das lavouras em detrimento da mão de obra do agricultor familiar (SILVA e MESQUITA, 2009).

Em consequência, pouco ou nada foi observado de retornos positivos aos grupos que viviam do campo, uma vez que o paradigma neoliberal implementava, para além dos grandes empreendimentos capitalistas, a homogeneização da economia nacional. Isso anulava a diversidade de organização econômica rural que

cada região do Brasil apresentava (e ainda apresenta), dificultando a rentabilidade ou a permanência de trabalhadores nesse cenário (PAULA, GÓMEZ e TRACZ, 2017).

Já na categoria “Neoliberalismo e trabalho infantil”, é possível observar no mesmo relato a inserção precoce de Tekoá no mundo do trabalho rural, iniciada ainda na primeira infância. No âmbito neoliberal, a exploração do trabalho infantil tem tomado outras proporções, uma vez que as desigualdades geradas pelo sistema levam ao exercício do trabalho precoce como solução para a manutenção da sobrevivência de muitas famílias (CONDE e SILVA, 2020).

Ainda que o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8.069/1990) proíba a realização de qualquer atividade laboral por menores de 16 anos (salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14) e a agricultura seja considerada como uma das piores formas de trabalho infantil, conforme aponta o Decreto 6.481/2008 na Lista TIP (Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil), verifica-se a persistência dessa conduta como uma das principais alternativas de maioria neoliberal.

Conforme Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua), em 2022 havia, no Brasil, 1,9 milhão de crianças e adolescentes, com idade entre cinco e 17 anos, em situação de trabalho infantil, 7% a mais do contingente registrado no triênio 2016-2019. Dentre esses, 46,2% estavam em ocupações consideradas pela lista TIP, sendo 22,2% inseridos na agricultura. No Nordeste, eram 33% desse total, o que registra a maior taxa de ocupação de crianças em trabalho infantil no país, sendo a agropecuária a principal atividade explorada (IBGE, 2023).

Vale ressaltar que os agravos decorrentes do trabalho infantil para o desenvolvimento são diversos, como doenças músculo-esqueléticas (tendinites e sinovites, por exemplo), câncer de pele e doenças respiratórias (PESSOA e ALCHIERI, 2018). Além disso, esse cenário está atravessado por diversos riscos sociais e psicológicos, podendo levar ao desencadeamento de outros adoecimentos na fase adulta, como estados depressivos relacionados a perda da infância, ansiedade pelas constantes pressões impostas pelo sistema e déficits no desenvolvimento da aprendizagem (ALBERTO e SANTOS, 2011).

Ademais, destaca-se que a discussão referente à eliminação do trabalho infantil só começou a ganhar força em 1999, com a Convenção 182, proposta pela Organização Internacional do Trabalho – OIT (AGUIAR JUNIOR e VASCONCELLOS, 2020). Nesse período, Tekoá já estava com 37 anos de idade. A força do seu trabalho infantil foi, portanto, colocada como instrumento de manutenção da lógica do mercado, mas pouco ou nada valeu-se para manter uma vida digna a si e a sua família.

Sobre isso cabe, mais uma vez, ressaltar como o sistema neoliberal tem avançado como mecanismo de manutenção da pobreza no Brasil. A exploração do trabalho persiste sobre as camadas mais vulneráveis. O direito de viver, desse modo, já é retirado dos que mal começaram a caminhar neste mundo. Apesar das políticas de enfrentamento, tem-se em mãos uma certa corrida contra o tempo, que na verdade denuncia a formação de políticas tardias e precarizadas, contribuindo para o padecimento e exclusão dos que estão reféns desse sistema (BARZ, 2020).

Na categoria “Neoliberalismo e formas de padecimento sobre o agricultor familiar”, esses apontamentos podem ser observados mais nitidamente. Aqui abarca-se especialmente o processo migratório que o participante experienciou frente às condições precarizadas do trabalho agrícola e os efeitos gerados sobre seus modos de vida. Como segue no extrato abaixo:

*Comecei a trabalhar (...) no roçado do meu avô. (...). Aí depois fui trabalhar no do meu pai, eu trabalhei até 1989 só para ajudar meus pais, quando fui ao Rio de Janeiro. Fui para lá pela falta de oportunidade que a gente não tinha aqui. Aqui eu não ganhava nada. Não tinha nem o dinheiro para fazer a feira. (...) viajei de novo, dessa vez fui a São Paulo (...) e trabalhei dois anos. (...). Aí meu salário era melhor, aqui eu não tinha salário. A gente vivia aqui no limite, o que eu ganhava mal dava para comer (...). Lá no Sudeste eu trabalhava muito também, mas tinha meu salário, sobrava um dinheirinho. Trabalhei lá por mais alguns anos. Nessa fase as coisas foram ficando melhores, depois voltei ao Nordeste. Voltava porque já tinha família, minha esposa. Alguns anos depois nasceu meu primeiro filho e quando eu vinha para cá eu trabalhava na agricultura, porque era o que tinha no interior. Minha família estava aqui, eu precisava voltar para ficar.*

É subjacente a esse relato o que Silva e Mesquita (2009: 7) abordam sobre a “modernização desastrosa” deixada pelo avanço do capitalismo sobre a AF. Com o domínio das terras pelas grandes empresas fundiárias, os pequenos agricultores perderam, para além do seu campo de trabalho, suas moradas, levando à migração compulsória para outras regiões do país, principalmente às periferias do Sul e Sudeste, como no caso de Tekoá.

Ainda segundo os autores, para aqueles que não conseguiam caminhar pela migração, restava apenas enfrentar as condições precárias de assalariamento, suportando a fome, embora muitas vezes estivessem ao lado de terrenos bem arados, mas destinados ao consumo do pasto – o alimento do agronegócio e da agropecuária (SILVA e MESQUITA, 2009).

Tal posição corrobora com os apontamentos de Bendassolli (2011) sobre a amputação do poder de ação do sujeito em sofrimento no trabalho, gerada pelas chamadas patologias da atividade, decorrentes da iminência do desemprego. Isso diz respeito ao trabalhador assegurar-se na atividade atual, ainda que esta forneça somente condições precárias de subsistência, puramente pela única alternativa possível que a realidade lhe permite alcançar:

a inatividade impõe à perda dos suportes subjetivadores do sujeito: perda de seu corpo, no sentido de bloquear o processo de investimento da energia e da pulsão; perda da intersubjetividade, na medida em que, como atividade coletiva, o trabalho coloca o sujeito no circuito das trocas interpessoais. (BENDASSOLLI, 2011: 65)

A isso também se juntam as imputações sobre os trabalhos categorizados como invisíveis. Ainda que a agricultura seja uma atividade essencial para a economia no Brasil, a força de trabalho que a mantém é pouco visibilizada pelas políticas institucionais, bem como pela sociedade em geral. Como já inferido, a ideologia neoliberal opera pelo livre mercado, o que afasta o crescimento de políticas estatais em muitos cenários econômicos. Há nessas implicações, principalmente, o apagamento do sujeito, tanto em relação aos seus direitos como à sua subjetividade (BENDASSOLLI, 2011; SELIGMANN-SILVA *et al.*, 2010).

O trabalho, pois, sempre construtor de subjetividades, agora opera como produtor de mal-estar, de sofrimento e de adoecimento (HERNÁNDEZ, LHUILIER e ARAÚJO; PUJOL, 2020). Com efeito, o trabalhador, quando se aparta de si mesmo, “desocupa-se” de sua atividade e se “pré-ocupa” com tudo que o trabalho deixa de oferecer no que diz respeito ao desenvolvimento humano (CLOT, 2007), pautando-se enquanto capital, o trabalho perde o sentido e se esvazia. Assim, a subjetividade do trabalhador juntamente com sua força de trabalho é mercantilizada.

É nessas vias, portanto, que o neoliberalismo opera com maestria sobre as forças micropolíticas, padecendo as linhas de fugas criadas pelos movimentos de

resistência e coletivos sindicais. Observa-se que, na verdade, não se pretende retirar o Estado de ação, mas reestruturá-lo para despolitizar o coletivo, dando forma a modos de impedir a verdadeira autonomia econômica, aquela conduzida pela gestão solidária e pela garantia de direitos. Acompanha-se, necessariamente, uma tentativa incessante de deslocar a ordem social do trabalho para torná-la puramente psíquica. Assim, os trabalhadores serão levados ao dinamismo da passividade, tornando-se a própria máquina/capital, e nada mais além disso (SAFATLE, 2020).

## ***Eixo 2- Modos de (re)existência a partir dos sentidos e significados do trabalho***

Na construção desse tema, o relato de Tekoá foi distribuído em quatro posições, a saber: “Sofrimento no trabalho”; “As forças que me movimentam”; “Sentidos do trabalho” e “Significados do trabalho”.

Sobre a categoria “Sofrimento no trabalho”, o participante não se ateve a tantos fatores, apenas citou sobre a falta de chuva. De igual modo, ressaltou a presença da mesma na categoria “As forças que me movimentam”. Na fala que segue é possível observar que a interação do participante com a agricultura parece se sobrepor aos impedimentos que enfrentou na sua jornada de trabalho. Ele accentua: “são mais pontos bons do que ruins. Eu gosto demais do que eu faço. Por exemplo, está chovendo hoje aqui, eu estou feliz aqui. Amanhã eu vou à roça, olhar como estão minhas plantinhas”.

Sobre isso, pode-se inferir que o pequeno agricultor atribui valores significativos sobre seu trabalho. De acordo com Fidelis, Torres e Bendassolli (2020), o valor social do trabalho diz respeito à inserção em um ofício, o compromisso de assumir um papel profissional e caracterizar-se através dele. Fala-se, nesse sentido, da função identitária do trabalho sobre o sujeito. Em Tekoá, portanto, observa-se que apesar das dificuldades e dos impedimentos perpassados, há atribuições à agricultura enquanto um modo de vida. Isso pode ser também verificado na seguinte narrativa, a qual é possível observar processos do seu desenvolvimento sociomoral, atrelados não somente a agricultura, mas as demais atividades que exerceu ao longo da vida:

*Aprendi que trabalho não faz mal a ninguém, trabalho é uma coisa que a gente tem que se orgulhar do que faz. Não importa qual a sua função, se você é faxineiro, garçom, varredor de rua, agricultor, todo trabalho é digno. (...) O trabalho me faz ser honesto.*

Tal recorte também nos dá notícias dos “Significados do trabalho”, segunda categoria construída. Infere-se que o participante tem presente no seu discurso a ideia social que coloca o trabalho como instrumento que dignifica o sujeito (BENDASSOLLI e GONDIM, 2014). Ademais, ressalta-se que para Tekoá a esfera social reconhece a importância do seu trabalho, como exposto no seguinte extrato de fala: “se o agricultor parar de trabalhar, as pessoas vão passar fome. O agricultor é aquele que leva comida à mesa”.

Na mesma proporção, foi possível identificar na sua experiência a categoria “Sentidos do trabalho”, referindo-se à forma como a agricultura atravessa a existência do participante (FIDELIS, TORRES e BENDASSOLLI, 2020). Isso lança luz sobre algo que vai além do sustento, ou do que temos debatido em relação à lógica de consumo e competitividade perpassada pelo sistema neoliberal:

*Hoje eu poderia ser milionário, mas queria um pedacinho de roça para estar mexendo com ele. Eu não pararia de trabalhar. Hoje não seria necessário eu trabalhar na roça, mas enquanto Deus me der saúde, eu não paro de trabalhar. Eu me orgulho do que eu faço. Eu me orgulho quando levanto de manhã e digo, vou trabalhar. Eu não posso viver sem o trabalho.*

O trabalho, portanto, é colocado como elemento central da vida desse agricultor. No entanto, seria contraditório afirmar que a agricultura possibilitou que se desenvolvesse plenamente. Na verdade, as narrativas de Tekoá nos trazem falas de outras ordens. Sabe-se que nas entrelinhas do seu discurso de resiliência estão etiquetas de diversas injustiças sociais, marcadas, principalmente pela exploração, a segregação e a fome.

Segundo Albino e Oliveira (2021), quando as condições econômicas atuais não apresentam garantia de autossuficiência, não existe outra alternativa, senão a de buscar a autossuficiência financeira. Denomina-se isso de “racionalidade política neoliberal”, a qual caracteriza-se por fazer com que os trabalhadores se responsabilizem pela precariedade que lhe foi imputada. O sujeito, dessa forma, é levado a avaliar racionalmente suas atitudes e a acreditar que é o único responsável pelas suas consequências:

A rationalidade neoliberal insta os sujeitos a verem a si mesmos como capazes de persistirem mesmo depois de terem sofrido uma pressão estrutural, transformando-se e adaptando-se em meio às situações críticas e dramáticas. Desse modo, a resiliência torna-se uma parte relevante das práticas pelas quais o neoliberalismo governa os sujeitos e as populações. (ALBINO e OLIVEIRA, 2021: 260)

O neoliberalismo, portanto, produz modos de subjetivação que gerenciam os significados e sentidos do trabalho. Isto também produz resiliência sobre os modos de existir do trabalhador. Contudo, há de se conferir que esse “ser resiliente” pode estar fincado em ordens distantes da construção de potências. Tem-se, nesse limbo, o que se instaura acerca da criação de corpos-máquinas, sem direito à falha ou a novas tentativas de governar a própria vida.

Para Tekoá, por exemplo, faltou-lhe assistência, acesso à escolarização, à saúde, ao lazer, à juventude e à qualidade de vida. Não houve outra forma, a não ser reinventar-se. A resiliência, desse modo, não lhe recuperou o que deveria ter sido garantido como direito, mas lhe proporcionou linhas de fuga. São, pois, modos de (re)existências, forças micropolíticas que o fizeram atuar como máquinas de guerras existenciais frente ao governo da vida neoliberal (DELEUZE e GUATTARI, 2000).

## Considerações finais

Acompanhar a biografia laboral do agricultor Tekoá nos revelou uma história marcada por um trabalho dotado de sacrifícios, determinado pela lógica de um sistema que extraí da pobreza de muitos o sustento das novas oligarquias de poder. A narrativa do participante retrata, entre tantas instâncias, um histórico de dificuldades, ligado principalmente à exploração do trabalho infantil e à desigualdade social. Apesar disso, o participante revela se reconhecer naquilo que produz, uma vez que conseguiu construir no seu caminho linhas possíveis que lhe fizeram atribuir significados positivos à sua trajetória.

Vale frisar, todavia, que muitos sujeitos, em uma realidade próxima a do participante, estariam propensos a uma certa animalização do seu corpo e subjetividade. Isto é, ao exercício do trabalho apenas pela subsistência do físico. Pode-se

considerar, sob esse contexto, o processo de exclusão e desumanização que o neoliberalismo desenfreadamente tem gerado sobre a vida da população, sobretudo nos países em subdesenvolvimento.

Nesse viés, o papel do trabalho torna-se pura e unicamente vazio de sentido e, com efeito, esvazia o sujeito de qualquer qualidade humana. Dessa análise, internaliza-se, principalmente, que o trabalho pode ser um elemento de potência ou padecimento, é preciso considerar como se destrincha sobre e no sujeito, nas relações estruturais que atravessam seu corpo e seu território.

Consideramos que não há solução mágica, a realidade que emudece a tantos hoje reflete um passado não tão distante, de imputações com outros nomes, agora reproduzidas pela opressão neoliberal. Cabe nisso, o investimento das forças micropolíticas e, logo, de políticas públicas, que promovam a equidade e bem-estar dessa população – tem-se aí ainda muitos enfrentamentos, movimentos incessantes, a fim de garantir o governo de si mesmo.

Além disso, embora o presente estudo tenha se configurado no âmbito da Psicologia Social do Trabalho, foi necessário compreender os fenômenos sociais e as situações concretas de vida dos agricultores familiares pela perspectiva de diferentes olhares. Nesse sentido, acreditamos que a aproximação com outros campos de saber, como o da antropologia, podem reverberar em resultados promissores na compreensão da relação entre a cultura e seus significados compartilhados, com os sujeitos e seus sentidos vividos, no processo de construção de subjetividades na atividade de humanização pelo trabalho.

Ademais, este estudo concentrou-se na participação de apenas um participante, o que limita uma compreensão generalizada da repercussão que o neoliberalismo pode causar na produção de trabalho e de saúde dos agricultores familiares. Sendo assim, para perspectivas futuras, deve-se considerar um maior contingente de população que vivencie a AF, visando compreender os aspectos sociais do trabalho e a dimensão subjetiva que atravessam os modos de vida desses agricultores.

Nesse sentido, investigar sobre intervenções políticas e práticas agrícolas sustentáveis e solidárias pode contribuir para maior entendimento sobre a AF no contexto neoliberal vigente, possibilitando mitigar os efeitos deletérios sobre o trabalho e a saúde do pequeno agricultor familiar. Por exemplo, estudos voltados para agricultores da Economia Solidária, ou de movimentos sociais camponeses, assim como a compreensão das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e sua relação com os movimentos culturais, sociais e econômicos das comunidades campesinas.

*Recebido em 30 de maio de 2024.  
Aceito em 30 de outubro de 2024.*

## Referências

em Saúde do Trabalhador. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 45 (5): 1-08, 2020.

ALBERTO, M. F. P.; SANTOS, D. P. Trabalho infantil e desenvolvimento: reflexões à luz de Vigotski. *Psicologia em estudo*, 16 (2): 209-218, 2011.

ALBINO, C.; OLIVEIRA, J. “O governo neoliberal das vidas precárias”. In. ALBINO, C.; OLIVEIRA, J. *Neoliberalismo, neoconservadorismo e crise em tempos sombrios*. Recife: Seriguela, 2021, pp. 245-272.

AQUINO, J. R.; ALVES, M. O.; VIDAL, F. M. Agricultura familiar no Nordeste do Brasil: um retrato atualizado a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017. *Revista Econômica do Nordeste*, 51: 31-54, 2020.

BARZ, G. A. O trabalho infantil na américa latina e caribe: aspectos teóricos e desafios ao desenvolvimento social e democrático de nossa região desigual. *Revista Orbis Latina-Racionalidades, Desenvolvimento e Fronteiras*, 10 (2): 106-134, 2020.

BENDASSOLLI, P. F. Mal-estar no trabalho: do sofrimento ao poder de agir. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, 11 (1): 65-99, 2011.

BENDASSOLLI, P. F.; GONDIM, S. M. G. Significados, sentidos e função psicológica do trabalho: Discutindo essa tríade conceitual e seus desafios metodológicos. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 32 (1): 131-147, 2014.

BRASIL. *Decreto 1.946 de 28 de junho de 1996*. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. Diário Oficial da União. 28 jun. 1996.

BRASIL. *Decreto 6.481 de 12 de junho de 2008*. Regulamenta os artigos 30, alínea “d”, e 40 da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação, aprovada pelo Decreto Legislativo no 178, de 14 de dezembro de 1999, e promulgada pelo Decreto no 3.597, de 12 de setembro de 2000, e dá outras providências. Diário Oficial da União. 12 jun. 2008.

BRASIL. *Lei 8.069 de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União. 13 jul. 1990.

CARRETEIRO, T. C. História de vida laboral e aposentadoria: uma metodologia em discussão. *Psicologia em revista*, 23 (1): 430-441, 2017.

CASTRO, C. N. *A agricultura no Nordeste brasileiro: oportunidades e limitações ao desenvolvimento*. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA) – Brasília. Rio de Janeiro: Ipea, 2012.

CLOT, Y. *A função Psicológica do Trabalho*. 2a. Ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007.

CLOT, Y. *Avec Vygotski: suivi d'une de Léontiev sur un séminaire de Vygotski*. Paris: La dispute, 2002.

CONDE, S. F.; SILVA, M. Persistência do trabalho infantil ou da exploração do trabalho infantil. *Roteiro*, 45: 1-20, 2020.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: D & G, 2000.

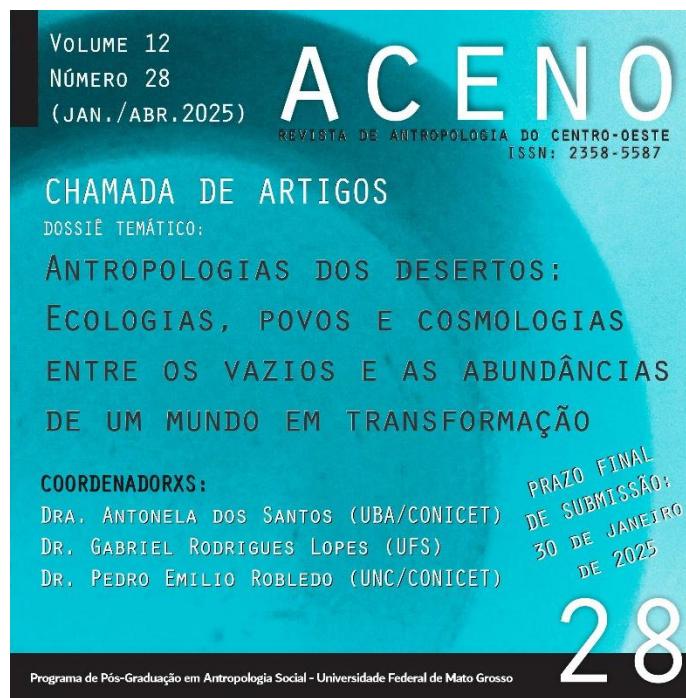
- FIDELIS, S. T. S.; TORRES, T. L.; BENDASSOLLI, P. F. Biografias Laborais de Pessoas Encarceradas: Entre o Crime e o Trabalho. *Revista Subjetividades*, 20 (3): 1-14, 2020.
- FOUCAULT, M. *O governo de si e dos outros: curso no College de France (1982-1983)*. São Paulo: WMF Martins Fontes; 2010.
- FRANCO, F. et al. “O sujeito e a ordem do mercado: gênese teórica do neoliberalismo”. In: SAFATLE, V.; JUNIOR, N. S.; DUNKER, C. *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- HERNANDEZ, J. J. R.; LHUILIER, D.; ARAÚJO, J. N. G.; PUJOL, A. (Orgs.) *Subjetivité et travail: entre mal-être et bien-être*. L’Harmattan: Paris, 2020.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo Agropecuário: resultados definitivos 2017*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD Contínua: *Trabalho de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade 2019-2022*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.
- MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 2014.
- MINAYO, M. C. Ética das pesquisas qualitativas segundo suas características. *Revista Pesquisa Qualitativa*, 9 (22): 521-539, 2021.
- NUNES, K. D.; PAULA, H. M. M. Alimentação, neoliberalismo e a agricultura familiar brasileira: a relação entre a fome e lucro. *Revista Jurídica Direito, Sociedade e Justiça*, 9 (13): 120-126, 2022.
- PAULA, A. M.; GÓMEZ, J. R. M.; TRACZ, C. A. M. Novo ciclo neoliberal no Brasil: desmontando as políticas públicas para a agricultura camponesa. *PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho*, (18) 1: 55-88, 2017.
- PESSOA, Y. S. R. Q.; ALCHIERI, J. C. O trabalho do agricultor e as repercussões em sua saúde. *Revista Espaço Acadêmico*, 18 (211): 11-20, 2018.
- SAFATLE, V. P. “A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral”. In: SAFATLE, V.; JUNIOR, N. S.; DUNKER, C. *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- SANTOS, M. P. et al. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.
- SAWAIA, B. B. “O sofrimento ético-político como categoria da dialética exclusão/inclusão”. In: SAWAIA, B. B. (org.). *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Rio de Janeiro: Vozes, 2014. pp. 97-118.
- SELIGMANN-SILVA, E. et al. O mundo contemporâneo do trabalho e a saúde mental do trabalhador. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 35 (122): 187-191, 2010.
- SILVA, J. R. S.; MESQUITA, B. A. Algumas consequências da política neoliberal para a agricultura familiar na Amazônia brasileira: exclusão social e concentração de riqueza. Uruguai: Montevidéu, 2009.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 2005.

WANDERLEY, M. N. B. ““Franja Periférica”, “Pobres do Campo”, “Camponeses”: dilemas da inclusão social dos pequenos agricultores familiares”. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. pp. 66-83.

ZANELLA, A. V. Atividade, significação e constituição do sujeito: considerações à luz da psicologia histórico-cultural. *Psicologia em estudo*, 9 (1): 127-135, 2004.

COSTA, Alessandra do Nascimento; COSTA, Ana Clara Monteiro da; TORRES, Tatiana de Lucena.  
Narrativas em um “pedacinho de roça”



VOLUME 12  
NÚMERO 29  
(MAI./AGO.2025)

PRAZO FINAL  
DE SUBMISSÃO:  
30 DE ABRIL  
DE 2025

ACENO

REVISTA DE ANTROPOLOGIA DO CENTRO-OESTE  
ISSN: 2358-5587

## CHAMADA DE ARTIGOS

DOSSIÊ TEMÁTICO:

MÍDIAS DIGITAIS E SUAS  
IMPLICAÇÕES NA VIDA COTIDIANA:  
CONTRIBUIÇÕES ANTROPOLÓGICAS

COORDENADORXS:

DRA. CAROLINA PARREIRAS (USP)

DRA. LARA ROBERTA RODRIGUES FACIOLI (UFPR)

Este dossiê temático tem como objetivo principal reunir investigações sobre as complexas relações entre cultura, sociedade e mídias digitais. Pretende abordar uma variedade de tópicos interligados, incluindo a midiatização de diferentes aspectos da vida social, os chamados processos de plataformização e digitalização da vida, o desenvolvimento dos formatos de comunicação digital, a influência das mídias nas identidades individuais e coletivas, os aspectos metodológicos em torno da realização de pesquisas que se utilizam (ou tomam como foco) o digital, e questões éticas relacionadas à privacidade e à participação digital. Assim, buscamos compreender como a midiatização afeta e é afetada por diversas esferas sociais, examinando suas implicações culturais, políticas e nos processos de subjetivação. Além disso, exploraremos como as mídias digitais estão moldando as formas de comunicação e interação entre indivíduos e comunidades, bem como seu papel no ativismo e na mobilização políticas que constituem esses territórios, assim como sobre os efeitos antropológicos de estar, ou ter estado, neles.